



**MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
PORTUGAL**

Síntese da atividade do Ministério Público da  
comarca de Santarém

1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016

**Área de Família e Menores**



### **Âmbito da síntese**

A presente síntese tem por objeto a atividade desenvolvida pelo Ministério Público em funções nas Procuradorias dos Juízos Centrais de Família e Menores da comarca de Santarém.

### **Análise sucinta da atividade desenvolvida**

No âmbito da atividade desenvolvida pelo Ministério Público, assegurou-se a representação do Ministério Público em todas as diligências processuais relativas a processos que envolveram crianças e jovens, a par da tramitação dos processos judiciais e dos que são da titularidade do Ministério Público.

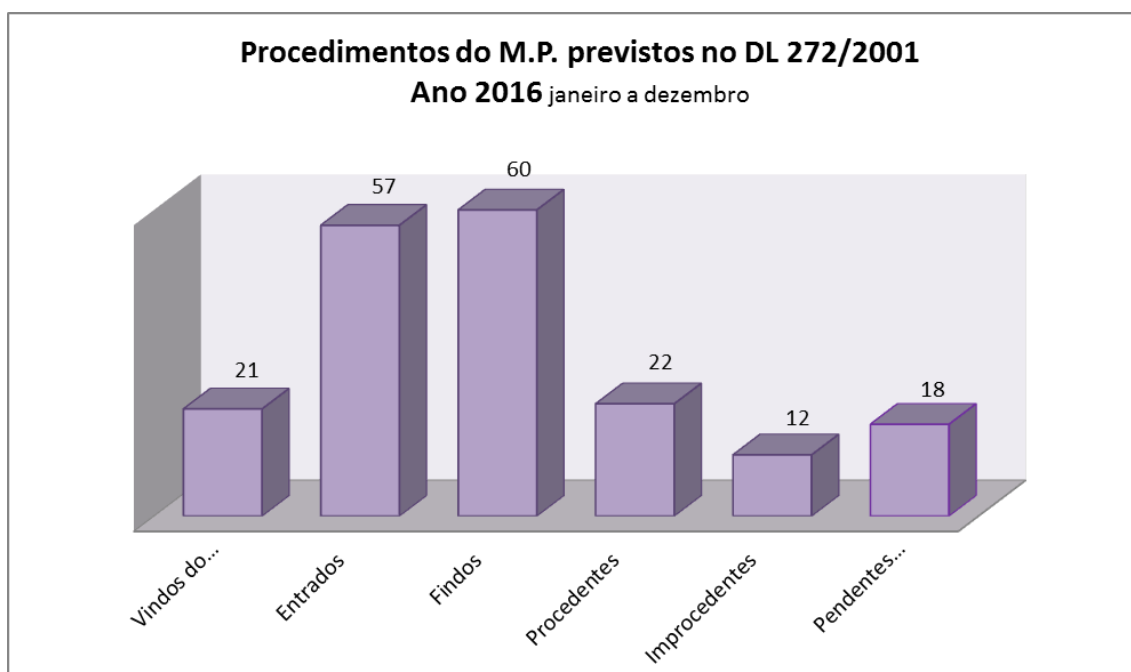
Assegurou-se a representação das crianças e jovens, requerendo as providências tutelares cíveis adequadas, requerendo a abertura do processo judicial de promoção e proteção e usando dos meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua proteção.

Por fim, assegurou-se o serviço de atendimento ao público e o acompanhamento da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).



### **Autorizações para a prática de atos (DL 272/2001)**

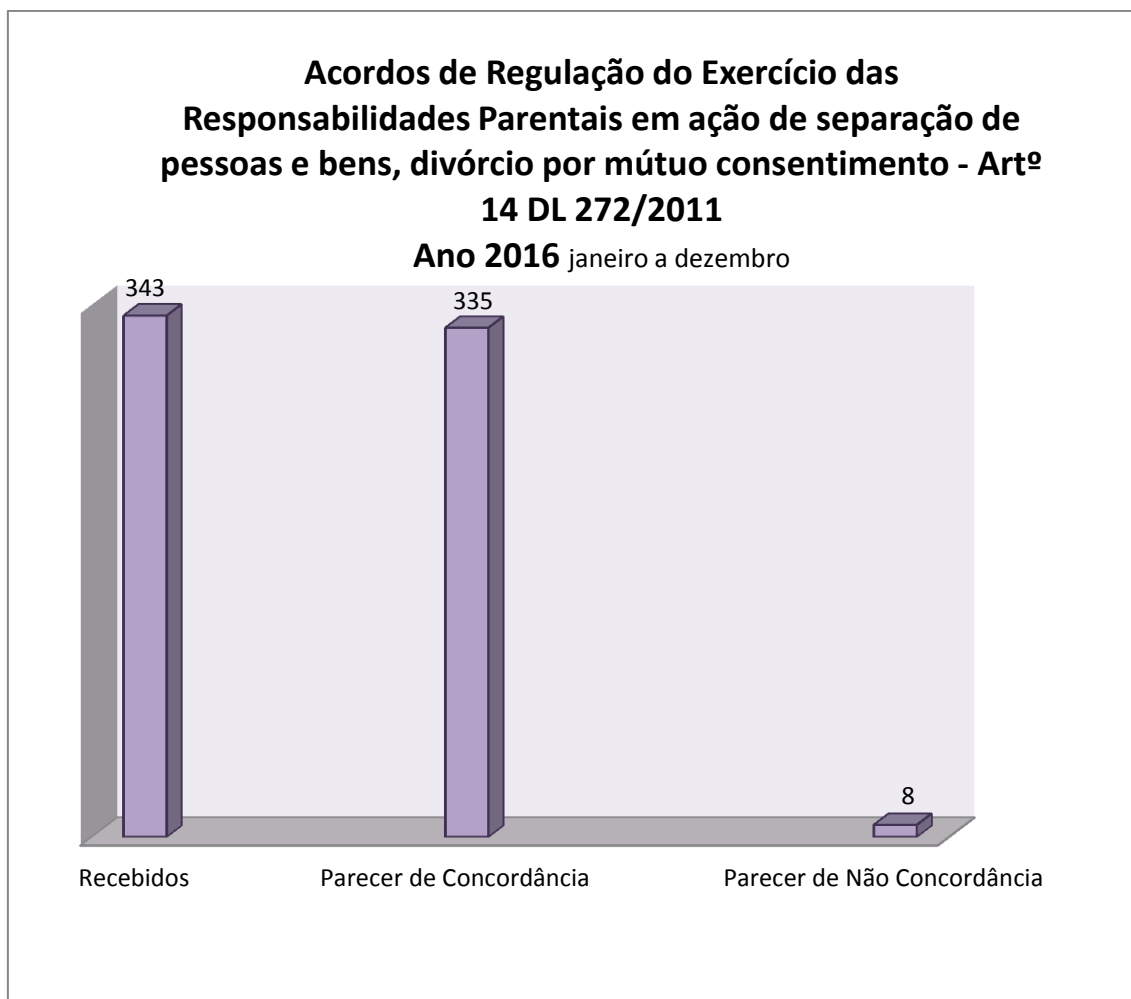
Relativamente ao período indicado foram movimentados 78 processos, findaram 60 e ficaram 18 pendentes para o ano seguinte.





### **Acordos de Responsabilidades Parentais (DL 272/2001)**

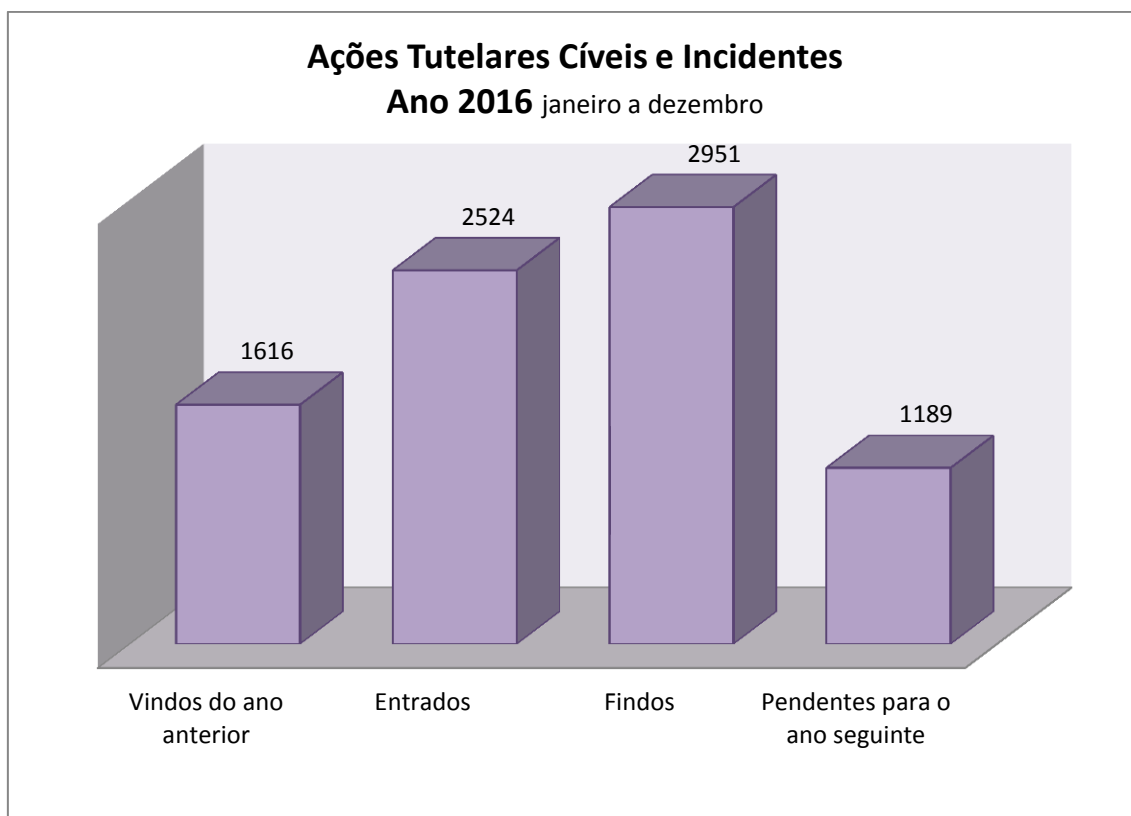
Neste âmbito, foram emitidos 335 pareceres de concordância e 8 de não concordância.





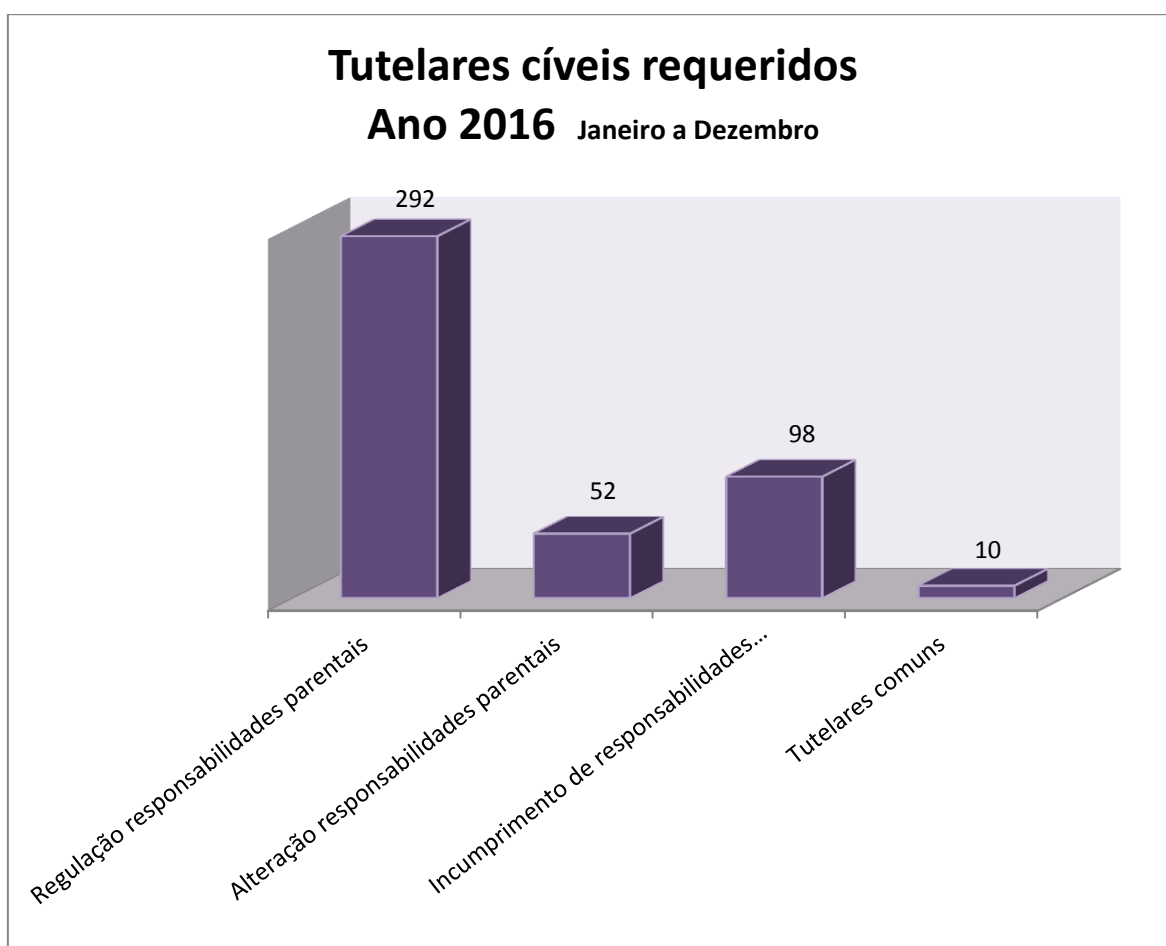
### **Iniciativa processual do Ministério Público em termos de processo tutelar cível**

No que respeita aos processos tutelares cíveis e incidentes, a atividade na comarca, na área de família e menores, foi a que consta do quadro seguinte:





O Ministério Público apresentou 292 requerimentos de regulação das responsabilidades parentais, 52 de alteração, 98 de incumprimento e 10 tutelares comuns.



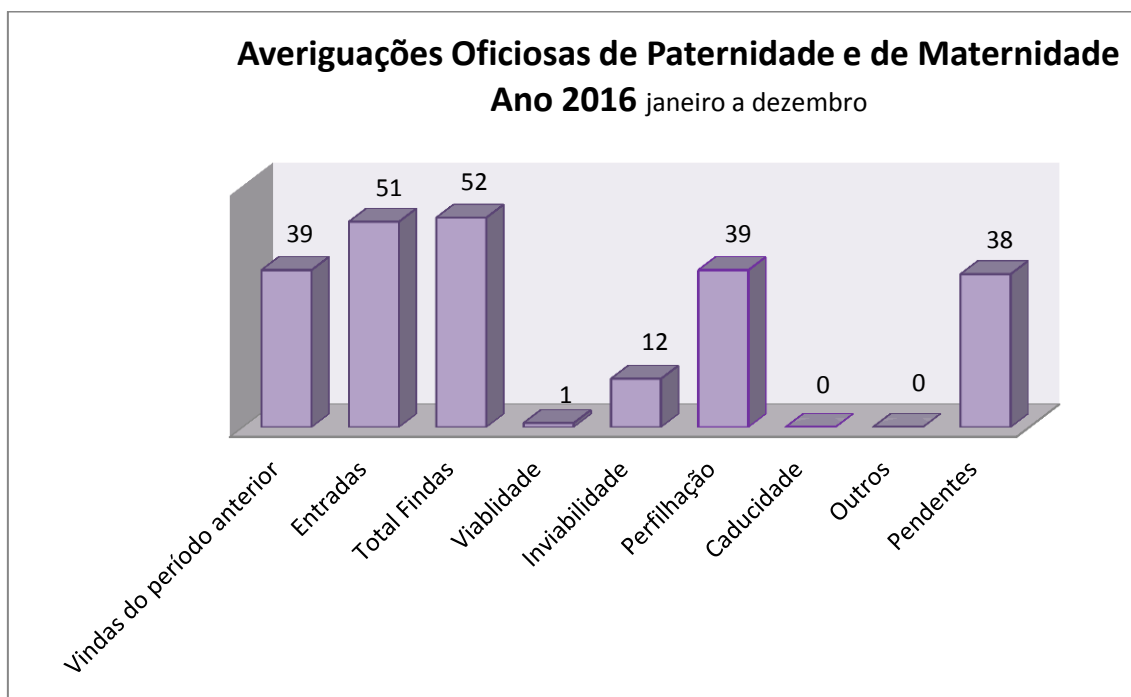


### **Averiguações oficiosas e ações de paternidade e de maternidade**

Nesta matéria, foram movimentados 90 processos, tendo findado 52, sendo 1 por viabilidade, 12 por inviabilidade e 39 por perfilhação.

Ficaram pendentes 38 para o ano de 2017.

Foram instauradas 4 ações de investigação de paternidade e 3 de impugnação da paternidade.





### **Iniciativa processual em matéria de promoção e proteção**

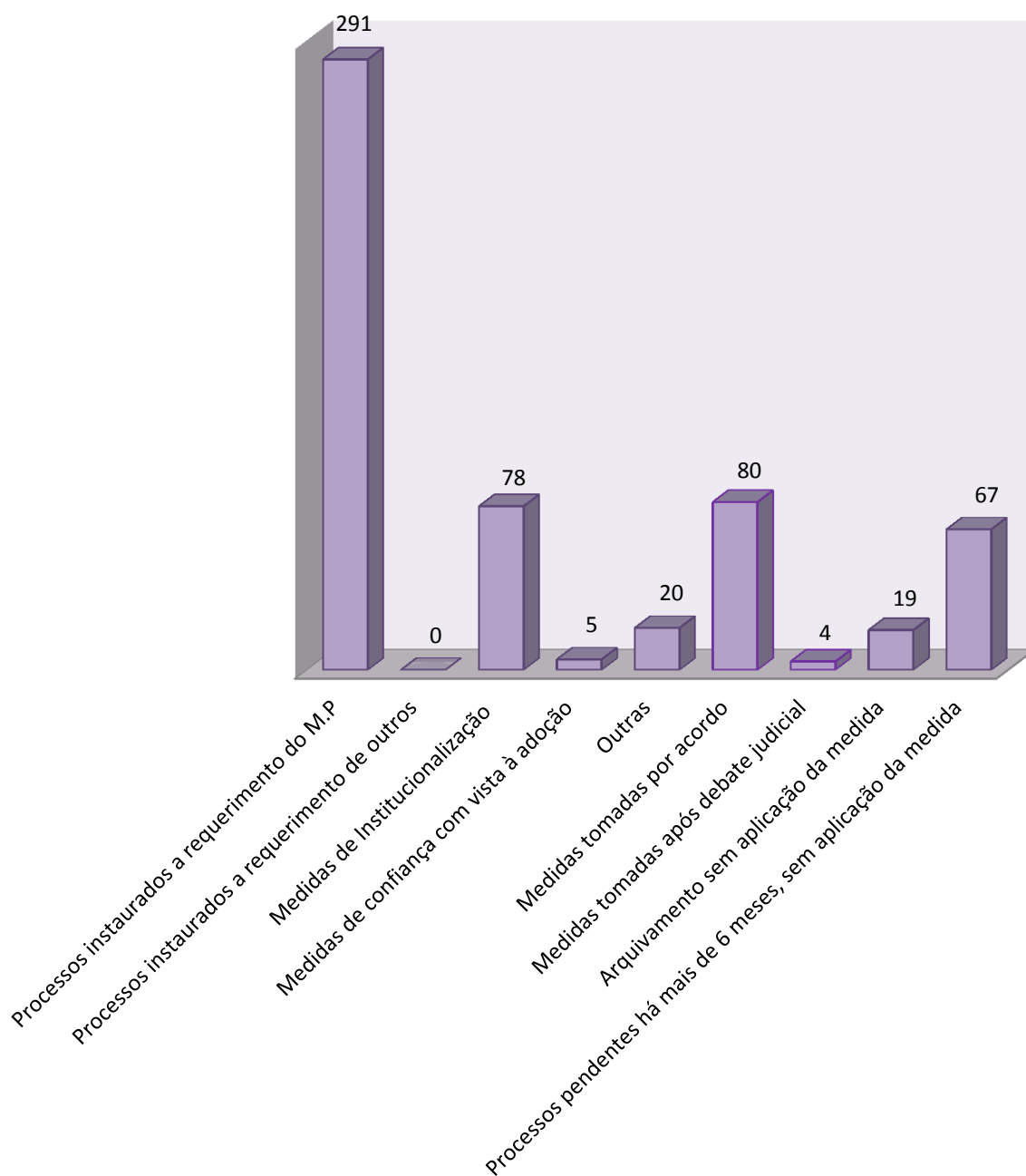
O Ministério Público instaurou 291 processos de promoção e proteção, tendo sido aplicadas 187 medidas, 80 das quais por acordo.





### Processos de Promoção e Proteção

Ano 2016 janeiro a dezembro





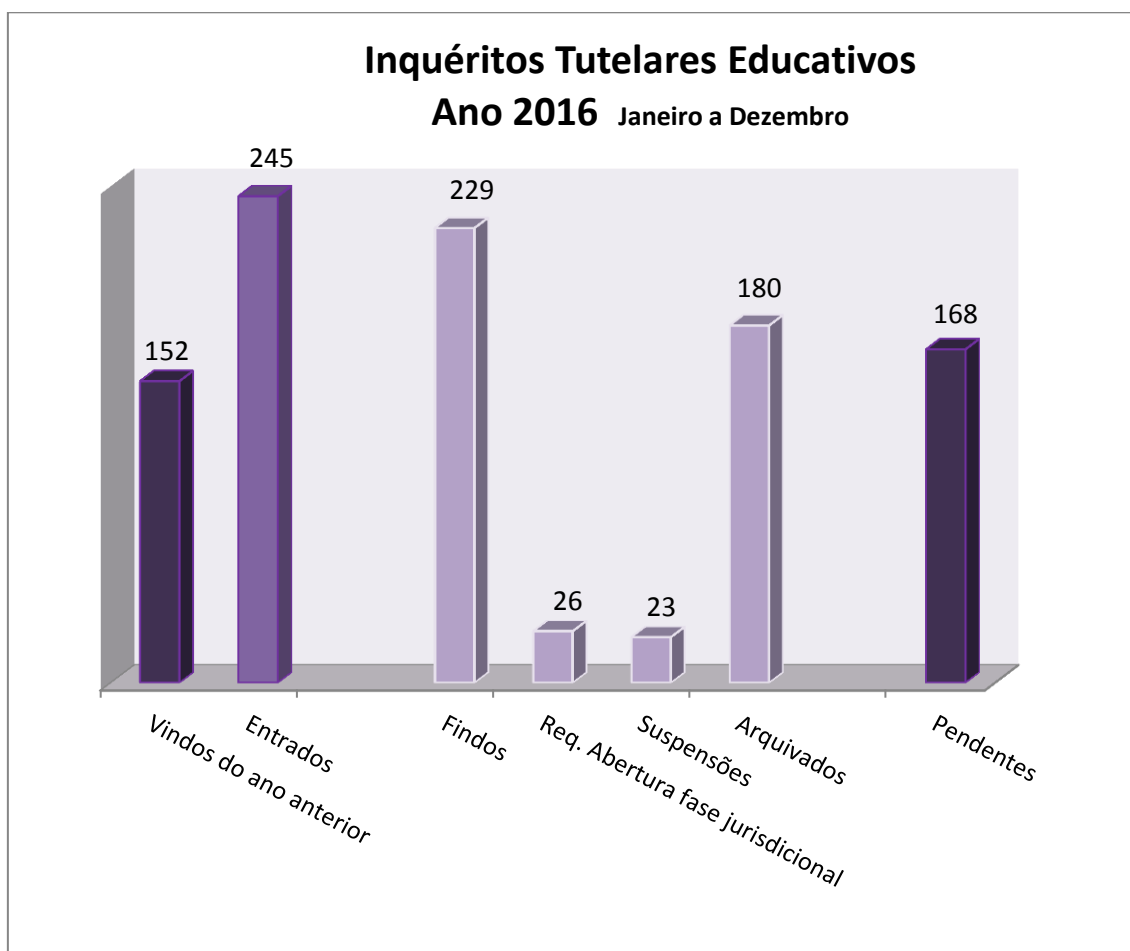
O Ministério Público esteve presente em 5 reuniões da Comissão na modalidade alargada e foram visitadas 3 instituições de acolhimento.

### **Inquéritos tutelares educativos**

Foram movimentados 297 inquéritos tutelares educativos, tendo findado 229 e ficando 168 pendentes.

Relativamente aos factos qualificados como crime, a maior incidência foi de ofensas à integridade física, a que se seguiu o crime de furto simples.

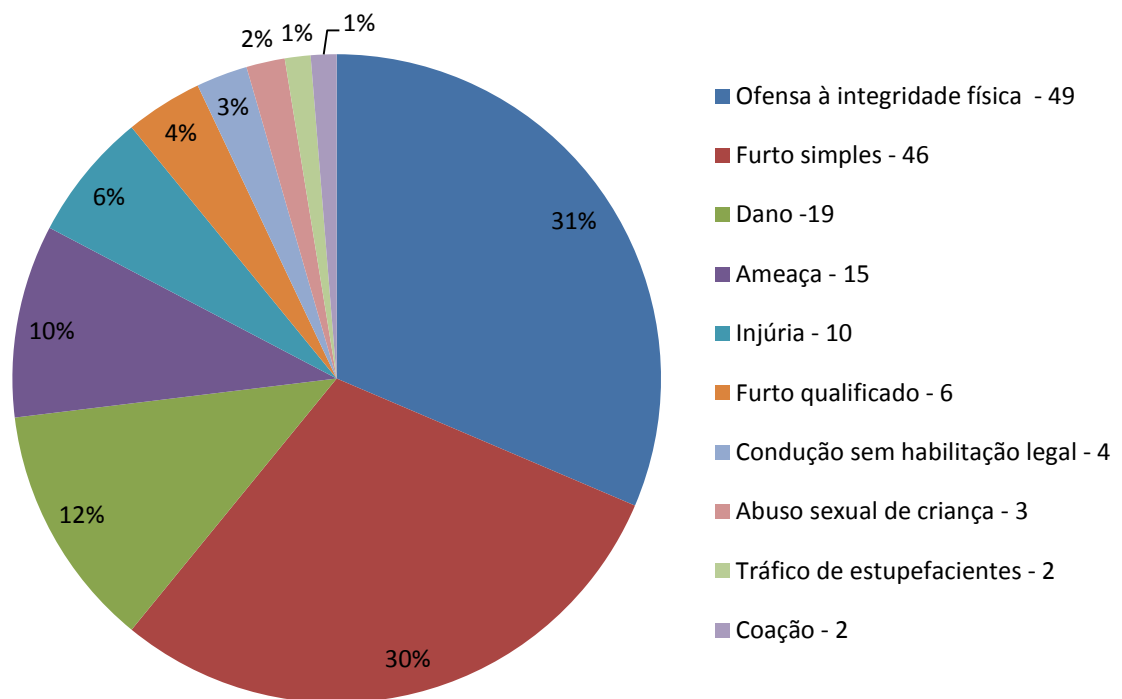
No que respeita à fase jurisdicional, 42 terminaram com aplicação de medida e 2 foram arquivados sem aplicação de medida por desnecessidade.





## Factos qualificados como crime investigados em inquérito tutelar educativo

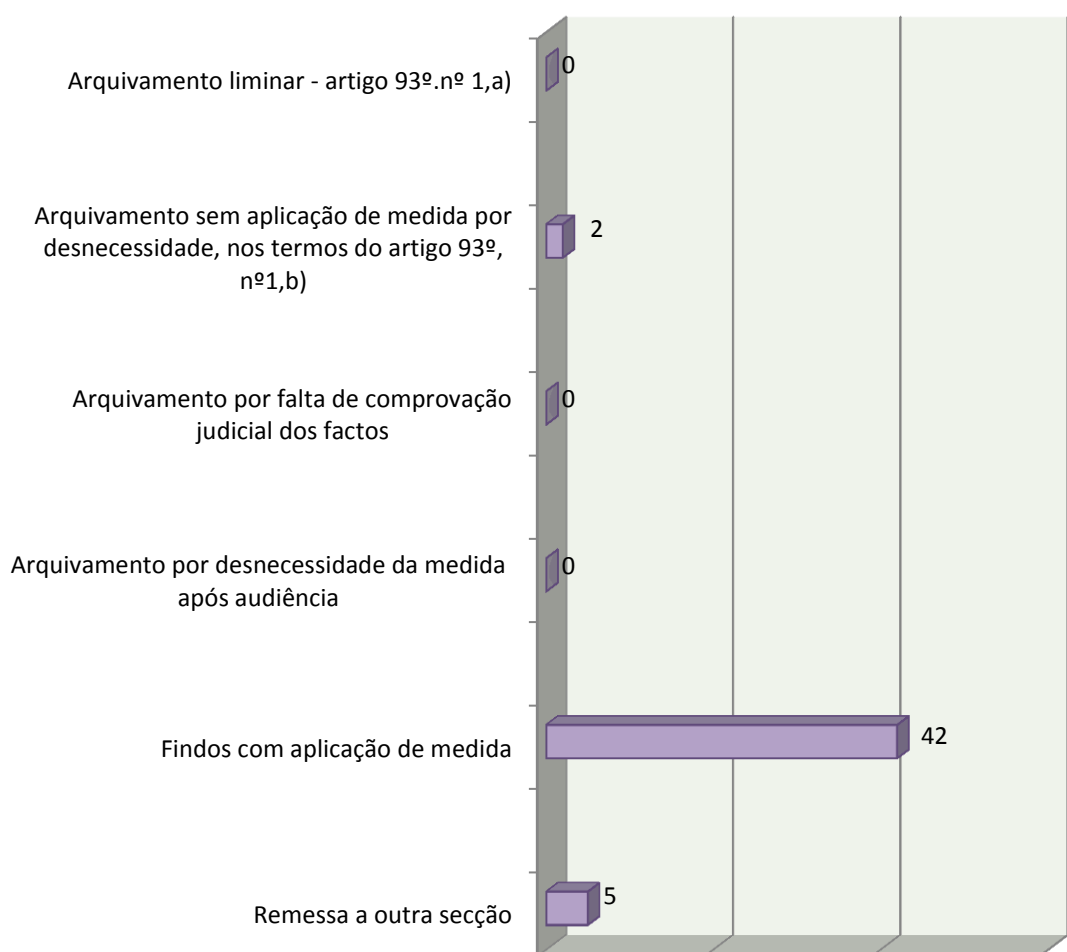
**Ano 2016** janeiro a dezembro





### **Processos Tutelares Educativos** **Resultado da fase jurisdiccional**

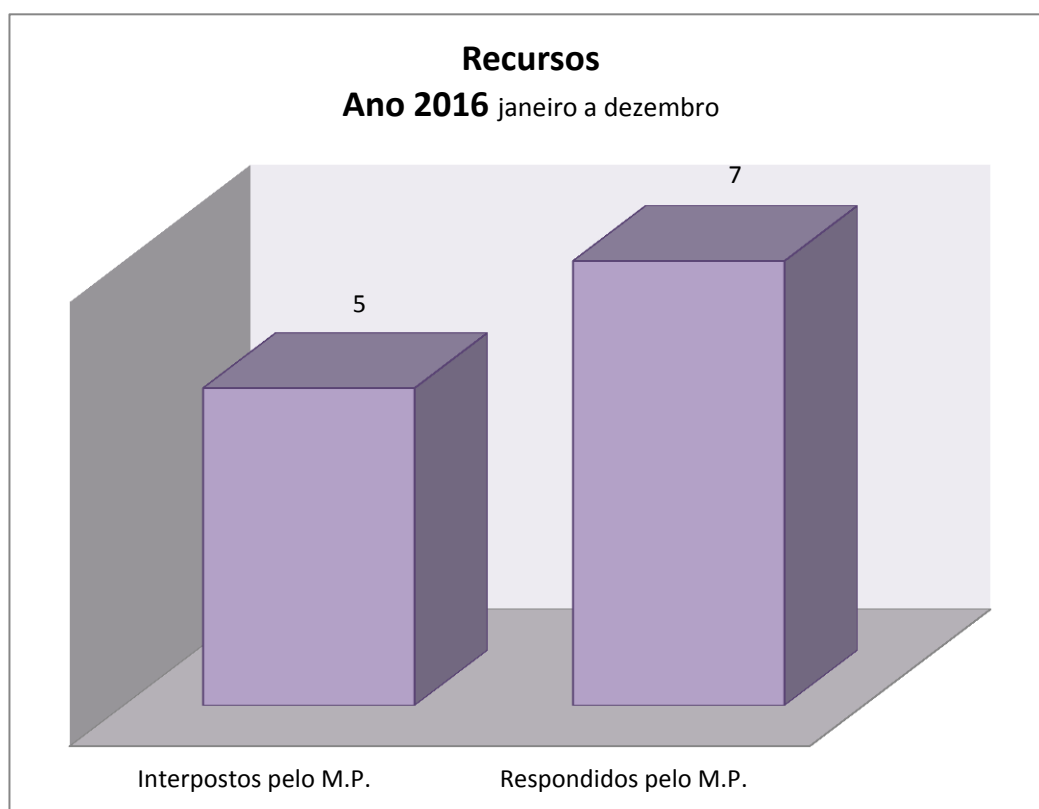
**Ano 2016** janeiro a dezembro





## Recursos

O Ministério Público instaurou 5 recursos e apresentou 7 respostas a recursos.





## Processos Administrativos

Transitaram 264 processos administrativos do período anterior, foram instaurados 867, findaram 863 e ficaram 268 pendentes para o ano de 2017.

